



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

**CONTRATANTE (UASG)**

**927632**

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO EMISSÃO, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES AÉREOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC**

**VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 417.563,32 (quatrocentos e dezessete mil quinhentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 03/06/2026 às 08:00h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço/lote único**

**MODO DE DISPUTA:**

**Aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**



## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Blumenau, sediada na Rua XV de Novembro, 55, Centro, Blumenau/SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO EMISSÃO, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES AÉREOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

- 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.2

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

- 8.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2.O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4.Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.camarablu.sc.gov.br](http://www.camarablu.sc.gov.br).
- 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, e-mail [licitacao@camarablu.sc.gov.br](mailto:licitacao@camarablu.sc.gov.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.camarablu.sc.gov.br](http://www.camarablu.sc.gov.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Minuta de Contrato

11.11.2. ANEXO II – Termo de Referência

11.11.3. ANEXO III – Planilha de Valores Máximos Estimados

11.11.4. ANEXO IV - - Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação

11.11.5. ANEXO V – Exemplos de Apresentação da Proposta e Operacionalização dos Lances

Blumenau, 20 de maio de 2026.

**AÍLTON DE SOUZA**  
Presidente da Câmara Municipal de Blumenau



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

A Câmara de Vereadores de Blumenau, com sede na Rua XV de Novembro, nº 55, Centro, Blumenau/SC, CEP: 88020-160, inscrita no CNPJ sob n.º 83.184.226/0001-17, neste ato representada pelo seu Presidente, ....., CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., com sede na Rua ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA à Lei Federal nº 14.133/21 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O Contrato será executado pelo regime de preços unitários.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

O presente contrato tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (SELFBOOKING), sem ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.90.33 (Passagens e despesas com locomoção)

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ ....., conforme valores discriminados abaixo:

Lote	Item	Descrição	Qtde Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	5,34	3.193,32
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1</b>					<b>417.563,32</b>



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

§ 1º Os quantitativos e valores dos itens 1 e 2 foram estabelecidos com base no histórico da Câmara de Vereadores de Blumenau.

§ 2º No caso do item 3 negativo (desconto por transação), o valor do desconto deverá ser incluído na fatura mensal, na forma de abatimento do valor total de passagens emitidas, conforme demonstrado do Anexo V do edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

O valor do item 3 "Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens" poderá ser reajustado anualmente, quando o valor for acima de 0 (zero), pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses, a partir da apresentação da proposta pela CONTRATADA.

§ 1º Caso o valor do item 3 "Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens" ofertado for zero ou negativo, não haverá reajuste.

§ 2º Os valores estimados das passagens (itens 1 e 2) poderão ser reajustados anualmente, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

§ 3º Caso verificado que a variação acumulada do IPCA/IBGE não acompanhou a variação de preços das passagens no período, poderá ser realizado o cálculo do reajuste considerando os resultados do IPCA/IBGE por subitem.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 meses, nos termos do art. 105, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será mensal, realizado até quinto dia útil após a liquidação da despesa pelo gestor do Contrato.

§ 1º A fatura deverá ser enviada à Câmara de Vereadores de Blumenau com pelo menos 10 dias úteis de antecedência da data de vencimento para que seja procedida a conferência necessária e seja providenciado o pagamento.

§ 2º Excepcionalmente, no mês de janeiro, a Câmara de Vereadores de Blumenau informará a data da emissão da primeira fatura.

§ 2º A fatura, que corresponderá as Autorizações de Serviço emitidas no período, deverá conter discriminado: nome do passageiro, identificação do bilhete (número, data de emissão, data da viagem, trecho e companhia), valor bruto, valor da tarifa, valor da taxa de embarque, valor da taxa de transação, valor de outras taxas incidentes (se houver) e valor líquido.

§ 4º O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente no Banco do Brasil. O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

§ 5º O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária para o Banco ....., agência ....., conta corrente....., ou outra a ser indicada pela Contratada, ou por meio de boleto com código de barras.

§ 6º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 7º O pagamento poderá ser susinado pelo **CONTRATANTE** por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 8º O documento fiscal a ser emitido deverá conter as seguintes informações:

- I) Código do serviço de acordo com a Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar nº 116/2003;
- II) Código de atividade econômica – CNAE;
- III) Forma de prestação do serviço: presencial ou à distância;
- IV) Dados Bancários.

#### **CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Se o **CONTRATANTE** não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Oitava deste Contrato e tendo a **CONTRATADA**, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 14.133/2021;
- III - fiscalizar-lhe a execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**b)** de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA no cumprimento dos prazos de execução dos serviços ou atraso na entrega dos bens consumíveis ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20%.

**c)** de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras **a** e **b** desta cláusula.

**III** - impedimento de participação em licitação e de contratar com o Município de Blumenau pelo período de até 02 (anos) anos consecutivos;

**IV** - declaração de inidoneidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da **CONTRATADA**:

**I** - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato.

**II** - dar fiel execução ao objeto do Contrato, nos moldes da proposta apresentada, do Termo de Referência constante no Anexo II do Pregão Eletrônico nº 04/2026 e nos prazos previstos neste Contrato.

**III** - a CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento a companhias aéreas credenciadas. Não respondendo, em nenhuma hipótese, o Órgão Contratante, nem solidária e nem subsidiariamente, por esse pagamento.

**IV** - levar imediatamente ao conhecimento do gestor do contrato fatos extraordinários ou anormais que ocorrer na execução do objeto.

**V** - prestar, por escrito, informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

**VI** - não suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela CONTRATANTE, os serviços contratados.

**VII** - aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**VIII** - Assegurar que as informações de propriedade da CONTRATANTE não sejam divulgadas ou distribuídas por seus empregados ou agentes.

**IX** - A apresentação mês a mês das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, apresentação esta que deverá condicionar o pagamento da próxima fatura da agência.

**X** – Assegurar o cumprimento de todas as obrigações previstas para no item 5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – do Termo de Referência constante no Anexo II do Pregão Eletrônico nº 04/2026.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do **CONTRATANTE**:

**I** - Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados formalmente pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.

**II** - Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**III** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**IV** - Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contratado.

**V** - Conferir os valores cobrados e providenciar a liquidação da despesa.

**VI** - Realizar o pagamento na forma prevista no Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL**

Rescindido o Contrato na forma do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, é facultado ao CONTRATANTE:

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES**

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é o titular da Assessoria Administrativa, cabendo à CONTRATADA indicar preposto para representá-la.

§ 1º A gestão e fiscalização do Contrato está discriminada detalhadamente no item 12 do Termo de Referência (Anexo II do edital).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

A CONTRATADA se compromete a seguir a política de segurança da informação, das comunicações, da privacidade e proteção de dados da Câmara de Vereadores de Blumenau.

§ 1º a CONTRATADA se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pela CONTRATANTE.

§ 2º a CONTRATADA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Blumenau, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, com disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (SELFBOOKING), sem ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

1.2 O objeto será executado de forma indireta e sob demanda, mediante requisições de serviços efetuadas em datas e quantidades fixadas discricionariamente pela Câmara de Vereadores de Blumenau, que será celebrado sob o regime de preços unitários, conforme determina o art. 10, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

**2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação busca manter a continuidade na prestação dos serviços contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, emissão, cancelamento, remarcação, reembolso e fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, e demais serviços necessários e correlatos, haja vista a iminência de finalização do prazo de vigência (até 31/03/2023) do Contrato nº 23/2018, com a empresa SENDPAX VIAGENS LTDA.

2.2. Frisa-se que a continuidade do serviço é imprescindível para a devida manutenção das atividades meio e finalísticas do Tribunal.

**3. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente licitação tem como objeto serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, com disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (SELFBOOKING), sem ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau, conforme quantidades e valores máximos estimados abaixo e especificações mínimas contidas no item 4.

Lote	Item	Descrição	Qtde Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	5,34	3.193,32
VALOR TOTAL DO LOTE 1					417.563,32

3.2. Os quantitativos e valores dos itens 1 e 2 foram estabelecidos com base no histórico de consumo da Câmara de Vereadores de Blumenau.



## **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

### **4.1. Da Execução do Objeto**

4.1.1. A solicitação da passagem dar-se-á por sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (selfbooking), e-mail ou telefone e a autorização de emissão de ordem de serviço emitida pela Câmara de Vereadores de Blumenau.

4.1.2. Independentemente da disponibilização para a Câmara de Vereadores de Blumenau de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (selfbooking) a CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, efetuar cotação, reserva, emissão e entrega das passagens das companhias que atendam aos trechos e horários solicitados pela Câmara de Vereadores de Blumenau.

4.1.3. A Câmara de Vereadores de Blumenau encaminhará à CONTRATADA, por e-mail, solicitação de opções informando o trecho desejado e as datas.

4.1.4. A CONTRATADA efetuará levantamento de todas as companhias que operam no trecho solicitado, e enviará a cotação de preços para esta solicitação. Neste documento deverão conter os respectivos horários de partida e chegada, escalas e conexões, preços e demais informações que possam interessar à Câmara de Vereadores de Blumenau.

4.1.5. Em não havendo disponibilidade, a CONTRATADA deverá apresentar informações sobre outros horários disponíveis, o mais próximo do intervalo solicitado.

4.1.6. A CONTRATADA deverá efetuar o levantamento, a reserva e a aquisição de passagens aéreas em classe tarifária econômica, incluindo 1 (uma) bagagem para despachar, salvo disposição em contrário pela Câmara de Vereadores de Blumenau, em casos excepcionalmente autorizados pela Administração.

4.1.6.1. A CONTRATADA deverá dispor de sistemas e/ou formas alternativas que possibilitem a emissão das passagens nas hipóteses em que o sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (selfbooking) esteja indisponível ou não apresente opções de voo em classe tarifária não econômica.

4.1.6.2. A critério e a pedido da Câmara de Vereadores de Blumenau, a CONTRATADA deverá apresentar opções de passagens cuja tarifa inclua a possibilidade de remarcação sem custos e, quando for o caso, o cancelamento pelo menor percentual de desconto da tarifa praticado no mercado.

4.1.6.3. A critério e a pedido da Câmara de Vereadores de Blumenau, a CONTRATADA deverá apresentar opções de passagens incluindo assento conforto, excepcionalmente autorizados pela Administração.

4.1.6.4. No caso de a cidade de origem e/ou destino possuir mais de um aeroporto e a Câmara de Vereadores de Blumenau não houver fixado qual deles deve ser utilizado, a CONTRATADA deverá encaminhar as opções para todos os aeroportos possíveis.

4.1.7. A Câmara de Vereadores de Blumenau, após escolher a opção desejada, enviará solicitação de reserva daquele voo, devendo a CONTRATADA providenciar a reserva solicitada e a encaminhá-la ao setor requerente da Câmara de Vereadores de Blumenau.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

4.1.8. A partir do recebimento da Autorização de Serviço de passagem aérea, a CONTRATADA deverá emitir o bilhete aéreo (e-ticket).

4.1.9. O acúmulo de serviços, a indisponibilidade do sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (selfbooking), ou a não-confirmação de passagem pela companhia aérea não poderá ser alegado como justificativa para a inexecução do objeto deste contrato e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeito pelo não-cumprimento das quantidades e prazos estabelecidos.

## **4.2. Do Prazo de Execução dos Serviços**

4.2.1. A emissão das passagens deverá ocorrer em no máximo 1 (uma) hora, a partir do recebimento da autorização de serviço, sem prejuízo à manutenção da reserva efetivada.

4.2.1.1. Excepcionalmente, a emissão do bilhete poderá ser solicitada em caráter de urgência, devendo a CONTRATADA atender com a agilidade requerida para o caso.

4.2.2. Pedido de reserva, remarcações, cancelamento e pesquisa de disponibilidades devem ser atendidos em no máximo 1 (uma) hora, a partir do recebimento da solicitação.

4.2.3. O reembolso dos trechos não utilizados deve ser realizado no máximo em 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do recebimento da notificação, por escrito ou por e-mail, mesmo que haja encerramento ou rescisão contratual.

4.2.4. A substituição de passagem aérea nacional, entregue em desacordo com a solicitação, deve ser feita em no máximo 1 (uma) hora após a notificação da Câmara de Vereadores de Blumenau (por e-mail ou ofício), em se tratando de passagem aérea internacional o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

## **4.3. Do Sistema de Passagens Corporativas**

4.3.1. O Sistema de Gestão de Viagens Corporativas, do tipo Reserve, TMS ou similar, a ser disponibilizado aos usuários da Câmara de Vereadores de Blumenau deverá observar, no mínimo, as seguintes características:

4.3.1.1. Possuir ferramenta informatizada de autoagendamento (selfbooking), interligado diretamente aos sistemas das companhias aéreas nacionais, inclusive as regionais, bem como às companhias internacionais e/ou através de GDS - Global Distribution System, permitindo, em tela unificada, consulta completa de voos, conexões, escalas, disponibilidade, classes e famílias de tarifas e respectivos preços, além de efetuar reservas on-line.

**4.3.1.2. Informar todas as tarifas dentro dos parâmetros pesquisados, inclusive as tarifas promocionais, bem como as tarifas de acordos comerciais, existentes no momento da consulta e da reserva, destacando sempre a menor tarifa.**

4.3.1.3. Possuir campo específico para que o usuário justifique a opção, na hipótese de a reserva efetuada não ser em tarifa mais econômica.



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

4.3.1.4. Permitir fluxo de autorização eletrônica, conforme regras definidas na política de viagens.

4.3.1.5. Suportar usuários, através de login e senha, com, pelo menos, dois perfis de acesso: assistentes e aprovadores:

a) Os usuários assistentes deverão, no mínimo, ter acesso à pesquisa com todos voos e preços, incluindo as tarifas, sendo vedado, contudo, qualquer aprovação de emissão de passagens;

b) Os usuários aprovadores, através de login e senha, poderão realizar pesquisa de voos, cadastrar passageiros, emitir de relatórios, realizar reservas de passagens e autorizar a CONTRATADA a emitir passagens

c) Será vedado quaisquer perfis que permitam a emissão direta de passagens (sem a mediação da CONTRATADA) por usuários da Câmara de Vereadores de Blumenau.

**4.3.1.7. Efetuar reservas e solicitação de emissão “online” de bilhetes, inclusive, com emissão do “e-ticket” sempre realizada pela CONTRATADA.**

4.3.1.8. Permitir, a critério da Câmara de Vereadores de Blumenau, a inclusão ou não de despacho de bagagens nas reservas e emissões de passagens.

4.3.1.9. Gerar relatório das pesquisas de voos em formato pdf, doc e/ou odt, informando, no mínimo, itinerário, com o aeroporto de origem e destino, conexões, escalas, preços, cias aéreas, número dos voos, data de saída e chegada, duração do voo, apresentando a opção de orçamento de ida e volta, somente de ida e múltiplos trechos, inclusão de bagagens.

4.3.1.10. Conter, na reserva de passagens, além das informações previstas na pesquisa, prazo da reserva, possibilidade de contratação por companhias diferentes e campo para observações.

4.3.1.11. Emitir o bilhete de passagem aérea eletrônico (e-ticket) e encaminhá-lo a e-mail informado pelo gestor do contrato, após a aprovação de compra.

4.3.1.12. Emitir e-ticket contendo, entre outros dados, o nome, passageiro, localizador, aeroporto de origem e destino, conexões, cia aérea, número e duração dos voos, status de emitido, tarifa praticada, taxa de embarque, informações sobre bagagem, regras tarifárias e valor total da passagem sem a taxa de transação.

4.3.1.13. Possuir um módulo gestor restrito aos usuários administradores – parte do sistema que gerencia, administra e acompanha todos os processos relacionados à gestão de passagens aéreas e outros serviços correlatos, bem como, credencia os demais usuários solicitantes e autorizadores dos serviços, na medida de suas necessidades.

4.3.1.14. Possuir o cadastro dos viajantes, armazenando seus dados e características de viagem.

4.3.1.15. Permitir a imediata geração de gráficos e relatórios gerenciais, a partir dos dados disponíveis no sistema.

4.3.1.16. Permitir a exportação dos dados nos formatos txt, csv ou xls.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

4.3.1.17. Permitir que o resultado da consulta de voos que originou a reserva (e posterior emissão) de um bilhete, possa ser salvo para posterior impressão, pois o mesmo irá compor o processo administrativo de pagamento da fatura correspondente.

4.3.1.18. Atribuir número de requisição único e sequencial para cada passagem, podendo o usuário solicitar mais de um tipo de serviço em cada requisição.

4.3.1.19. Funcionar por meio de um aplicativo que utilize a Internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas de acesso com armazenamento criptografado por parte dos usuários. O acesso deverá ser realizado pelo protocolo HTTPS.

4.3.1.20. Aceitar consultas, transações e aprovações através de Web Service.

4.3.1.21. Dispor de mecanismos de segurança que permitam garantir a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados à Câmara de Vereadores de Blumenau.

4.3.1.22. A CONTRATADA deverá ter a propriedade ou licença de uso do sistema informatizado a ser disponibilizado para a Câmara de Vereadores de Blumenau, e por cujas transações deverá ser integralmente responsável.

4.3.1.23. Estar disponível 24 horas por dia durante todos os dias da semana (24x7), inclusive feriados. O Sistema deverá possuir níveis de serviço de no mínimo 99,5%.

4.3.1.24. Ser em língua portuguesa.

4.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de atendimento e suporte objetivando a resolução dos eventuais problemas apresentados no sistema.

4.3.3. Em caso de indisponibilidade do sistema de reservas e/ou emissões, por problemas técnicos temporários, a CONTRATADA deverá ter alternativas para a reserva e/ou emissão das passagens nos prazos estabelecidos sendo que as requisições poderão ser realizadas por telefone, e-mail ou outro meio de comunicação.

4.3.4. A CONTRATADA deve dispor o sistema à Câmara de Vereadores de Blumenau em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência do Contrato.

4.3.5. Qualquer custo de adaptação das ferramentas informatizadas aos requisitos técnicos exigidos em qualquer ponto desse termo de referência é de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau.

4.3.6. A Câmara de Vereadores de Blumenau poderá, a seu critério, solicitar treinamento visando capacitar os usuários do sistema cujo objetivo é alcançar a sua operacionalização. Este treinamento poderá ser realizado nas dependências da Câmara de Vereadores de Blumenau ou on-line, em datas a serem acordadas entre as partes.

4.3.7. O sistema de gestão de viagens corporativas deverá emitir, a partir dos dados disponíveis no sistema:



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

- a) Relatório de pendências do dia anterior, por solicitante e geral;
- b) Relatório de acompanhamento de viagens programadas;
- c) Relatório de utilização (bilhetes emitidos, destinos) e de gastos por companhia aérea, individual, por destinação contábil e geral, dentro de um período determinado, com geração de gráficos;
- d) Relatório de indicadores de economia (saving e saving lost) individual, por destinação contábil, por companhia aérea e geral, dentro de um período determinado;
- e) Relatório de emissão de bilhetes, individual, por destinação contábil e geral, dentro de um período determinado, com geração de gráficos;
- f) Relatório contendo data da emissão do bilhete, nome da companhia aérea, nome do passageiro, número do bilhete, trecho, valor da tarifa, valor da taxa de embarque e valor da taxa de transação, dentro de um período determinado;
- g) Relatório contendo data da emissão do bilhete, nome da companhia aérea, nome do passageiro, trecho, tarifa cheia (full fare), melhor tarifa e tarifa praticada, dentro de um período determinado, com geração de gráficos.

4.3.8. Os usuários aprovadores deverão ter acesso à geração de relatórios relativos aos bilhetes de sua aprovação.

4.3.9. A não disponibilização do Sistema de Gestão de Viagens Corporativas, pela não aquisição e/ou não renovação da licença pela CONTRATADA, durante a execução do contrato implicará na rescisão contratual.

4.3.10. É obrigatório o fornecimento do sistema, conforme especificações detalhadas, para aquisição de passagens aéreas.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

5.2. Dar fiel execução ao objeto do Contrato, nos moldes da proposta apresentada, do Termo de Referência, do Edital e nos prazos previstos no Contrato;

5.3. A CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais cabíveis pelo descumprimento contratual, poderá subcontratar parte do serviço, devendo, para tal, comunicar formalmente a Administração;

5.4 Prestar atendimento comercial à Câmara de Vereadores de Blumenau das 08:00 horas às 19:00 horas, de acordo com fuso horário de Brasília, de segunda-feira a sexta-feira.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

5.4.1. Além do atendimento em horário comercial, deverá manter serviço de plantão, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, para atendimento de todas as solicitações da Câmara de Vereadores de Blumenau, fornecendo os nomes e telefones dos plantonistas designados, bem como endereço de e-mail corporativo.

5.5. Prestar suporte técnico dos sistemas, disponibilizando canais de atendimento sem custo, como telefone, e-mail, chat, para resolver questões relativas a problemas ou falhas no sistema, assim como para a importação dos backups fornecidos.

5.6. Disponibilizar acesso ao sistema de gestão de viagens aos servidores da Câmara de Vereadores de Blumenau indicados durante a vigência do contrato. O acesso deverá ser ofertado mediante disponibilização de link e senha ou, se for o caso, software específico:

5.6.1. O sistema de gestão de viagens corporativas (selfbooking) deverá estar disponível gratuitamente para ser utilizado nos computadores e pelos servidores indicados pela Câmara de Vereadores de Blumenau, em até 05 (cinco) dias úteis do início da vigência do contrato;

5.6.2. O sistema deverá possuir integração com os sistemas das companhias aéreas nacionais (entre elas a GOL, LATAM, AZUL) inclusive regionais, permitindo, no mínimo, a reserva de passagens, cotação de tarifas, pesquisas de voos com todas as conexões e/ou escalas;

5.6.3. O acesso pela Câmara de Vereadores de Blumenau ao sistema e gestão de viagens corporativas (selfbooking) não desobrigará a CONTRATADA de prestar o serviço de reserva de passagens, cotação de tarifas, pesquisas de voos o outro qualquer relacionado a aquisição de passagens, mesmo que disponível no sistema.

5.7. Caso solicitado, fornecer treinamento e orientações, sem ônus, em até 5 (cinco) dias úteis, a respeito de linguagem técnica e operacional utilizada pelo Sistema de Gestão de Viagens e de toda a sistemática acerca das aquisições de passagens aéreas (formas de acesso e alimentação, dos horários dos voos, do funcionamento das tabelas, das escalas, dos tipos de atendimento, do sistema de espera, da alocação e reserva de lugares, da escolha da tarifa mais econômica, entre outros, bem como a todo o acesso e troca de informações, com vistas ao perfeito cumprimento do objeto do contrato).

5.8. Fornecer novo treinamento, na hipótese de atualização de sistema ou de disponibilização de nova versão, sem ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau.

5.9. Apresentar à Câmara de Vereadores de Blumenau, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência do contrato, as políticas atualizadas de no-show, remarcação e reembolso de todas as empresas aéreas que atuam regularmente nos mercados regionais/nacionais e das principais companhias internacionais afiliadas à Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA - International Air Transport Association).



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

5.10. Encaminhar os bilhetes aéreos (e-ticket) após o recebimento da Autorização de Serviço da seguinte maneira:

5.10.1. A emissão do bilhete para o endereço eletrônico fornecido pela Câmara de Vereadores de Blumenau, no momento da solicitação;

5.10.2. Na impossibilidade da emissão de e-ticket, cabe a CONTRATADA encaminhar o bilhete à Câmara de Vereadores de Blumenau em endereço informado por e-mail;

5.10.3. Na reserva de passagem deverá constar, além das informações passadas pela Câmara de Vereadores de Blumenau, o prazo de emissão do bilhete correspondente.

5.11. Substituir passagens (reitineração, desdobramentos, etc.), desde que autorizada pela Câmara de Vereadores de Blumenau, da seguinte forma:

5.11.1. Quando houver aumento de custo, mediante requisição, pelo valor complementar;

5.11.2. Quando não houver aumento de custo, mediante comunicação, dispensando a requisição;

5.11.3. Quando houver diminuição de custo, mediante emissão de ordem de crédito a favor da Câmara de Vereadores de Blumenau.

5.12. Cumprir os prazos estabelecidos para entrega e substituição do objeto.

5.13. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas e qualquer outra logística de embarque.

5.14. Somente providenciar alterações, remarcações e cancelamentos de passagens emitidas, após prévia autorização da Câmara de Vereadores de Blumenau.

**5.15. Estender automaticamente à Câmara de Vereadores de Blumenau as promoções e quaisquer descontos concedidos pelas companhias.**

5.16. Garantir que os preços propostos para a realização de quaisquer serviços serão de sua exclusiva responsabilidade, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, de omissão ou de outro pretexto.

5.17. Efetuar as modificações necessárias, quando for constatada alguma falha nos dados constantes do bilhete emitido, sem qualquer ônus adicional à Câmara de Vereadores de Blumenau, desde que este não tenha dado causa.

5.18. Realizar, sempre que solicitado e a companhia permitir, marcação de número de assento, sendo que, quando houver custo adicional, deverá ser autorizado pelo gestor do contrato.

5.19. Sendo permitido pela companhia e de acordo com o interesse da Câmara de Vereadores de Blumenau, a passagem a ser cancelada e ressarcida pode ser deixada como crédito para abatimento na compra de futuras passagens.

5.20. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, multas ou diferenças tarifárias, devido erro cometido por seus empregados na emissão dos bilhetes. Comunicar à Câmara de Vereadores de



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

Blumenau, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do objeto do contrato.

5.21. Manter reserva feita com antecedência, sem a necessidade de pedido para a renovação da mesma.

5.22. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento, de interesse da Câmara de Vereadores de Blumenau ou de terceiros, em razão da execução do objeto desta contratação, devendo orientar seus colaboradores a observar rigorosamente esta determinação.

5.23. Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pela Câmara de Vereadores de Blumenau, fornecendo todas as informações e elementos necessários.

5.24. Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à Câmara de Vereadores de Blumenau ou a terceiros;

5.25. Pagar, pontualmente, as companhias independentemente das condições de pagamentos pactuadas com a Câmara de Vereadores de Blumenau, ficando claro que a Câmara de Vereadores de Blumenau não responderá solidariamente ou subsidiariamente por essa obrigação, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.26. Reparar, corrigir ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Câmara de Vereadores de Blumenau.

5.27. Providenciar a imediata substituição de empregado e/ou preposto que em suas atividades não observe as regras e condições desta contratação.

5.28. Reembolsar o valor dos bilhetes ou trechos não utilizados, cancelados e alterados com sobra de créditos, podendo deduzir do reembolso os encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como multa aplicada pela companhia pelo cancelamento do bilhete, impostos, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou trecho cancelado, observando o item 4.6.2.

5.29. Fornecer, quando solicitado, desde que tecnicamente possível, comprovante de viagem no caso de extravio de comprovante de embarque.

5.30. Fornecer à Câmara de Vereadores de Blumenau, sempre que solicitado e em até 05 (cinco) dias úteis, relatório operacional discriminando os serviços prestados por data de emissão, por nome do passageiro, por destino da viagem, por companhia, por bilhete reembolsado e por tipo de serviço.

5.31. Fornecer relatório, sempre que solicitado e em até 05 (cinco) dias úteis, de bilhetes emitidos e não utilizados, contendo data de emissão do bilhete, nome da companhia, nome do passageiro, identificação do bilhete, trecho, valor da tarifa, valor da taxa de embarque, da taxa de transação, de outras taxas incidentes e da multa eventualmente a serem aplicados.

5.33 Fornecer relatório, sempre que solicitado, e em até 05 (cinco) dias úteis, de acompanhamento financeiro de bilhetes contendo o número da fatura, data de seu vencimento, data da emissão do



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

bilhete, nome da companhia, nome do passageiro, número do bilhete e trecho, valor da tarifa, valor da taxa de embarque.

5.34 Fornecer relatório, sempre que solicitado e em até 05 (cinco) dias úteis, de acompanhamento de situação de reembolsos solicitados, disponíveis e realizados.

5.35 Fornecer relatório, sempre que solicitado e em até 05 (cinco) dias úteis, de penalidades aplicadas pela Companhia e cujo ônus recairá à Câmara de Vereadores de Blumenau: multas por cancelamento, multas por remarcação, multas por reembolso, no-show, individual, por destinação contábil e geral, dentro de um período determinado, com geração de gráficos. Este relatório deverá conter também a data da emissão do bilhete, o nome do passageiro, número do bilhete e o trecho;

5.36 Disponibilizar à Câmara de Vereadores de Blumenau os relatórios em meio eletrônico, no formato PDF e XLS;

5.37 A apresentação mês a mês das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, apresentação esta que deverá condicionar o pagamento da próxima fatura da agência.

## **6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Conferir os valores cobrados e providenciar a liquidação da despesa.

6.2. Realizar o pagamento na forma prevista no Contrato.

6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

6.4. Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

## **7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1. O prazo de vigência e execução do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 meses, com base no artigo 105 §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **8 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES EXIGIDAS**

8.1. Além da habilitação a ser exigida no edital, as licitantes deverão apresentar:

8.1.1. Atestado(s) certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, comprovando ter fornecido, de forma satisfatória, objeto compatível em características com o objeto deste Edital.

8.1.2. Cadastro no Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 18 do Decreto n. 7.381, de 02 de dezembro de 2010, observado o disposto no art. 22 da Lei n. 11.771/2008.

8.1.3. Declaração de que possui propriedade ou licença de uso do sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (SELFBOOKING), sem ônus para a Câmara de Vereadores de Blumenau, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, e por cujas transações deverá ser integralmente responsável.



8.1.4. Declaração de que não será acrescido qualquer encargo, tal como ADE (Adicional de Emissão), ADEDU (Adicional de Emissão-DU), DU, RAT (Repasse a Terceiros), RAV (Remuneração da Agência/ Agente de Viagens), SDU (Serviço DU), TRAV (Taxa de Remuneração da Agência/ Agente de Viagens), ou qualquer outra taxa ou sobretaxa sobre o valor da tarifa, das taxas e dos serviços como forma de remuneração pelos serviços prestados.

## **9. REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA**

9.1. O preço das passagens a ser cobrado pela CONTRATADA deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

9.2. A remuneração total a ser paga à CONTRATADA será apurada somando-se os valores das passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais (itens 1 e 2) cobrados pela companhia aérea aos valores da taxa cobrada pela Contratada (item 3) para prestação dos serviços.

9.3. A taxa de transação (item 3) deverá considerar todos os encargos envolvidos no objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas de conveniência, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

9.4. No caso das remarcações de passagens, além da taxa de transação e a diferença tarifária, poderá ser cobrada multa pela alteração imposta pela companhia, desde que devidamente comprovada, com exceção do disposto no item 4.1.6.2.

9.5. Apenas nas remarcações sem custo junto a companhia não haverá cobrança de taxa de transação, não sendo necessário a emissão do documento Autorização de Fornecimento devendo eventual crédito remanescente ser devolvido à Câmara de Vereadores de Blumenau através de uma fatura credora.

9.6. São considerados inerentes ao serviço de agenciamento de viagens, e por isso incluídos no valor da taxa de transação definido na licitação, pesquisas de itinerários/voos, reservas de passagens, cancelamentos de passagens, esclarecimentos, relatórios, o serviço de marcação de assento, etc.

9.7. Não caberá nenhuma outra forma de remuneração ou bonificação por serviços prestados, incluídas as comissões recebidas e/ou da taxa de repasse (DU) mesmo que indicadas no(s) bilhete(s) emitido(s).

9.8. Será considerada como (1) uma transação os seguintes eventos:

### **9.8.1 Passagens domésticas**

- a) a emissão de bilhete aéreo de ida e volta, incluindo todas as conexões, por uma mesma companhia aérea, em um único procedimento;
- b) a emissão de bilhete aéreo de ida e volta, incluindo todas as conexões, por companhia aérea distinta, em um único procedimento;
- c) a emissão de bilhete aéreo de ida ou de volta, incluindo todas as conexões, quando este corresponder a toda a contratação;
- d) a reemissão de bilhete decorrente da remarcação de bilhete não utilizado (não voado);
- e) o acréscimo de bagagem solicitado de forma extemporânea (posteriormente) em relação a emissão de bilhete.



### **9.8.2. Passagens aéreas internacionais:**

- a) a emissão de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia aérea em um único procedimento;
- b) a emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhia aérea distinta em um único procedimento;
- c) a emissão de bilhete aéreo de ida ou de volta quando este corresponder a toda a contratação; a reemissão de bilhete decorrente da remarcação de bilhete não utilizado (não voador).
- d) o acréscimo de bagagem solicitado de forma extemporânea (posteriormente) em relação a emissão de bilhete.

## **10. DO FATURAMENTO**

10.1. Ao longo do mês, a Câmara de Vereadores de Blumenau emitirá autorizações de serviços, constando os bilhetes de passagens a serem adquiridos.

10.2. A CONTRATADA deverá entregar mensalmente a Nota Fiscal ou fatura, que corresponderá as Autorizações de Serviço emitidas no período, discriminando: nome do passageiro, identificação do bilhete (número, data de emissão, data da viagem, trecho e companhia), valor bruto, valor da tarifa, valor da taxa de embarque, valor da taxa de transação, valor de outras taxas incidentes (se houver) e valor líquido.

10.3. Excepcionalmente, no mês de janeiro, o Câmara de Vereadores de Blumenau informará a data da emissão da primeira fatura.

10.4. As faturas correspondentes às passagens deverão conter os seguintes dados:

- a) identificação do bilhete (número, transportadora e o trecho);
- b) nome do passageiro;
- c) custo do bilhete;
- d) valor bruto da fatura;
- e) valor correspondente à taxa de transação;
- f) valor da taxa de embarque;
- g) valor líquido da fatura.

10.5. A CONTRATADA deverá apresentar em Nota Fiscal/fatura própria, os créditos correspondentes aos reembolsos de valores referentes aos trechos não utilizados, contendo detalhadamente os encargos descontados pelas empresas aéreas, segundo as regras tarifárias vigentes, a fim de proporcionar a conferência por parte da Câmara de Vereadores de Blumenau.

10.6. Os reembolsos poderão ser descontados em fatura ou depositados em conta corrente da Câmara de Vereadores de Blumenau, a critério da CONTRATANTE.



10.7. As Notas Fiscais que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas à CONTRATADA para acertos, devendo seu vencimento ser prorrogado.

10.8. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou a contratação.

## **11. DO REAJUSTE**

11.1 O valor do item 3 "Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens" (item 03) poderá ser reajustado anualmente, quando o valor for acima de 0 (zero), pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses, a partir da apresentação da proposta pela CONTRATADA.

11.1.1. Caso o valor do Item 3 "Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens" ofertado for zero ou negativo, não haverá reajuste.

11.2. Os valores estimados das passagens (itens 1 e 2) poderão ser reajustados anualmente, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

11.2.1. Caso verificado que a variação acumulada do IPCA/IBGE não acompanhou a variação de preços das passagens no período, poderá ser realizado o cálculo do reajuste considerando os resultados do IPCA/IBGE por subitem.

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. O representante da CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é o Diretor de Administração e Finanças, e o Gestor é o Assessor da DAF, cabendo à CONTRATADA indicar preposto para representá-la.

12.2. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. O acompanhamento e fiscalização dos serviços se dará mediante controle dos seguintes aspectos, quando for o caso:

12.3.1. Verificação dos prazos de execução;

12.3.2. Verificação da qualidade e quantidade dos serviços;

12.3.3. Cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; e

12.4. A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de quaisquer responsabilidades da Contratada para outras empresas ou entidades.

12.5. Todos os serviços prestados deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da Fiscalização.



### **13. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1 A CONTRATADA compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados da Câmara de Vereadores de Blumenau. Em relação aos dados pessoais tratados e processados na prestação do serviço objeto deste Edital, a CONTRATADA obriga-se a observar e cumprir com as obrigações contidas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

13.2 A CONTRATADA se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pela CONTRATANTE.

### **14. CONFIDENCIALIDADE**

14.1 A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

### **15. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

15.1 Será contratado o fornecedor que apresentar o menor preço para o LOTE, desde que atenda as especificações técnicas do serviço, respeitadas as exigências de habilitação.

15.2. Os itens 1 e 2 não serão objeto de formulação de preços, os valores são fixos e estimados para utilização com passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo tarifas, taxas de embarque, multa por cancelamento (todos os valores a serem repassados para as companhias aéreas ou terceiros) durante o ano, sendo que o valor unitário das passagens será variável para cada emissão.

15.3. O item 3 é a remuneração da CONTRATADA pelos serviços prestados e será apurada a partir do valor unitário do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pelo número de transações efetuadas no período.

15.4. O valor unitário do item 3 deverá compreender todos os serviços de cotação, reserva, emissão das passagens, incluindo as alterações que poderão ocorrer posteriormente, como cancelamento e reembolso;

15.5. Serão aceitas propostas com valor referente ao item 3 igual a 0 (zero) ou inferior, considerando que o Contrato a ser celebrado pode ter outras fontes de remuneração, portanto, não será considerado inexequível por esta Câmara de Vereadores de Blumenau.

15.6. No caso do item 3 apresentar valor negativo, será considerado desconto, e poderá ser distribuído pela licitante arrematante entre os itens 1 e 2.

15.7. No Anexo III está explicado como funcionará o julgamento e como os licitantes deverão apresentar as propostas.

### **16. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

16.1. O objeto desse termo de referência trata-se de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser licitado por meio de Pregão.



## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multa:

- a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.
- b) de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA no cumprimento dos prazos de execução dos serviços, até o limite de 20%.
- c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

17.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Santa Catarina pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

17.1.4. Declaração de inidoneidade.

## **18. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Assessoria Administrativa, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência do Câmara de Vereadores de Blumenau, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando à instauração do certame licitatório.



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

**ANEXO III - PLANILHA DE VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS**

<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde Estimada</b>	<b>Valor Unitário Estimado (R\$)</b>	<b>Valor Total Estimado (R\$)</b>
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	5,34	3.193,32
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1</b>					<b>417.563,32</b>



**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2026 da Câmara de Vereadores de Blumenau de Santa Catarina, que a empresa ..... atende plenamente os requisitos necessários à habilitação.

Local e data

Identificação e assinatura do representante legal



ANEXO V

**EXEMPLOS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E OPERACIONALIZAÇÃO DOS LANCES**

A proposta a ser incluída no sistema licitações-e é o **VALOR TOTAL PARA O LOTE** ofertado pela licitante. Após a fase de lances, a licitante mais bem classificada deverá apresentar a proposta readequada, conforme exemplos a seguir:

**I - Para proposta com o valor da remuneração acima de 0 (zero), a arrematante deverá:**

- a) Manter os valores dos itens 1 e 2;
- b) Preencher o valor unitário e valor total do item 3, respeitando o valor máximo estipulado no edital.

*Exemplo, considerando o valor de referência de **R\$ 417.563,32**:*

Lote	Item	Descrição	Qtde Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	5,34	3.193,32
VALOR TOTAL DO LOTE 1					<b>417.563,32</b>

**II - Para proposta com o valor da remuneração igual a 0 (zero), a arrematante deverá:**

- a) Manter os valores dos itens 1 e 2;
- b) Zerar o valor unitário e valor total do item 3.

*Exemplo:*

Lote	Item	Descrição	Qtde Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	0,00	0,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1					<b>414.370,00</b>

**III - Para proposta com desconto por transação (itens 1 e 2) e valor da remuneração igual a 0 (zero), a arrematante deverá:**

- a) zerar o valor unitário e valor total do item 3;
- b) incluir coluna com o valor de desconto por transação, podendo a licitante distribuir o desconto entre os itens 1 e 2 como desejar, o qual deverá ser descontado do valor da fatura;



**Câmara Municipal de Blumenau**  
**Estado de Santa Catarina**

*Exemplo, considerando o valor do lote de R\$ 408.390,00:*

Lote	Item	Descrição	Qtde Estima da	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Desconto por Transação (R\$)	Desconto Total por item (R\$)	Valor Total com Desconto (R\$)
1	1	Passagens aéreas nacionais	594	Variável	374.370,00	- 10,00	-5.940,00	368.430,00
	2	Passagens aéreas internacionais	04	Variável	40.000,00	- 10,00	-40,00	39.960,00
	3	Remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de viagens	598	0	0	-	-	0
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1</b>					<b>414.370,00</b>	<b>-</b>	<b>-5.980,00</b>	<b>408.390,00</b>